



Especial Justiça

JOSÉ MIGUEL JÚDICE Advogado

«Mexer na Justiça é mexer no vespeiro»

● **Crítico feroz do funcionamento do sistema judicial português,** José Miguel Júdice há anos que advoga centenas de pequenas mudanças que não teriam custos e resultariam na celeridade processual. Aponta a falta de vontade dos operadores do sistema para mudar, o que diz resultar do arcaísmo próprio de uma sociedade envelhecida. Ainda assim, diz não existir uma catástrofe na Justiça, apenas, e citando Camões, «uma apagada e vil tristeza».

≡ Helena Rua / Sandra Gonçalves
≡ Rafael G. Antunes

O retrato da Justiça em Portugal, traçado por José Miguel Júdice, advogado há 40 anos e uma das figuras mais conhecidas do sistema judicial português, é cinzento, arcaico e sem perspectivas de melhoria. Propôs, durante anos, pequenas, mas muitas reformas, cuja maioria caiu em “saco roto”, não por falta de aplicação prática, mas por falta de coragem para mudar as regras. Em entrevista ao DIA15, critica o adiamento dos problemas e afirma que «a única forma de fazer uma verdadeira reforma da Justiça era colocar no Governo, na área da Justiça, pessoas que não fossem juristas».

Ao ler as primeiras páginas do seu livro “Bastonadas”, escrito em 2006, a sensação que fica é que o país estava apodrecido. Ainda á assim?

O país é velho e as coisas são o que são. Portugal não tem problemas nacionais desde o séc. XIII e não tem uma visão estratégica desde que acabou o projecto – inviável, mas era um projecto – de um

país pluricontinental. Portanto, Portugal está cansado, está muito bloqueado, os desafios que se enfrentam são muito pesados e muito difíceis, e é natural que os decisores políticos, sociais e económicos prefiram adiar o enfrentar os problemas, na esperança que a natureza das coisas se altere e torne desnecessário resolvê-los – ou porque já é inútil, ou porque alguém se encarregou de resolver. Isto é o problema geral do país.

E na Justiça, em particular?

Na área da Justiça, o problema fundamental é que há um paradigma muito difícil de mudar, sobretudo quando, basicamente, é aceite por todos os operadores do sistema. Se houvesse grandes contradições entre os operadores seria diferente. Há um consenso conservador que dificulta o enfrentar os problemas e mudá-los. O meio jurídico é muito conservador, portanto, qualquer mudança é sempre considerada como um problema, um risco, que também tem a ver com a velhice. Quando se é muito jovem há uma energia vital nas pessoas e nos povos e, portanto, há uma vontade de fazer coisas diferentes.

O que poderia espoletar essa mudança?

Estou a ler um livro muito interessante cuja ideia central, basicamente, é a



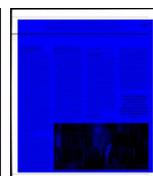
seguinte: as desigualdades profundas fazem parte das sociedades ao longo de toda a História, desde os tempos, diria, pré-humanos e só há ocasião de mudar e de melhorar as condições da igualdade quando acontece uma de três coisas e qualquer delas ninguém quer. Uma guerra violentíssima que mate muita gente, uma revolução que destrua – não são as revoluções como o 25 de Abril – completamente uma sociedade, ou uma epidemia que destrua e que mate muita gente. Só um choque é que pode mudar as sociedades que estão envelhecidas ou mesmo as que não estão. O choque pode ser tecnológico, militar, de saúde pública, mas tem de ser um choque. A internet, por exemplo, mudou muita coisa. Se não fosse uma mudança tecnológica nunca teria acontecido. Todas as profissões foram afectadas pelas tecnologias.

O arcaísmo do sistema judicial é central no seu livro. A resistência à mudança vai manter-se, os processos vão continuar a acumular-se?

As sociedades são como as placas tectónicas. Mesmo quando parece que está tudo parado estão a mexer-se. É evidente que há coisas que estão a mexer, mas como não se enfrentam as verdadeiras causas dos problemas, porque

«O Pacto para a Justiça era uma boa solução, continua a ser uma boa solução e é muito bom que as profissões falem umas com as outras»

isso cria dificuldades, a tendência é que se mexam, mas de acordo com a lógica própria das camadas tectónicas, que não é necessariamente na boa direcção. Por isso é que há terramotos. Se as placas se mexessem de acordo com um plano sábio, mexiam-se mas não chocavam. Se me perguntar se “há uma catástrofe na Justiça”, respondo que não. Citando o poeta, “é uma apagada e vil tristeza”. Estamos todos resignados de alguma forma, uns mais do que outros – sou dos que menos se resignaram durante muitos anos –, que isto não é possível mudar muito e, portanto, não se muda. Há coisas que vão melhorando, há outras que vão piorando...



«Há uma cultura de que uma sentença é um livro, são 100 páginas, 150 páginas. A maior parte das sentenças nos países onde as coisas funcionam têm três páginas»

Passa pela vontade política também? Se houvesse um pacto na Justiça...

A lógica dos sistemas políticos hoje é não mexer em nada que crie críspação negativa e mexer em tudo o que cria críspação positiva. Os governos e as oposições não vão mexer em nada que provoque uma pequena vantagem se isso criar um grande problema, uma grande tensão ou uma grande oposição. Governa-se em função de sondagens e de resultados imediatos. O “Pacto para a Justiça e para a Cidadania” foi um sonho que teve efeitos – não estou a dizer que fosse inútil. Basicamente, a ideia era criar uma situação de vontade reformista nas profissões jurídicas se elas fossem capazes de apresentar um caderno de reivindicações em termos de cidadania – não são reivindicações de trabalhar menos e ganhar mais... Aliás, um outro Pacto da Justiça feito recentemente foi uma ocasião perdida, porque se ler o que lá está, são reivindicações corporativas. É fácil pormo-nos todos de acordo para as reivindicações corporativas, mas é mais difícil pormo-nos de acordo para as reivindicações societais e de cidadania. O objectivo do Pacto para a Justiça, que impulsionei com outros, era um pacto para a Justiça e para a cidadania. E foi muito difícil – posso dizer que se não fosse o Presidente da República Jorge Sampaio não teria sido possível fazer o Congresso da Justiça. O que me surpreendeu foi o programa – o texto que foi redigido por mim a 90% – ser aceite com pequenas alterações pelos representantes de todas as profissões jurídicas. Algumas reformas feitas a seguir foram um pouco motivadas ou influenciadas por esse Pacto da Justiça, mas depois rapidamente se fez uma contra-reforma.

Isso frustra-o?

Não, se fizermos o que deve ser feito é pouco importante que se consiga chegar lá ou não. Fez-se aquilo que tinha de ser feito. O Pacto para a Justiça era uma boa solução, continua a ser uma boa solução e é muito bom que as profissões falem umas com as outras. A ideia era fazer aquele Congresso com regularidade. Criaram-se, aliás, comissões comarcãs, em que um juiz, um procurador, um advogado e um funcionário reuniam com regularidade para analisar os problemas e encontrar soluções por consenso, sempre que possível. Depois aquilo desapareceu, como é normal. O sistema democrático tem dessas coisas. Vêm novas direcções e pensam noutras coisas.

Havia então vontade do sistema judicial para fazer essa mudança...

Uma grande parte do sistema judicial estava interessada nisso. Curiosamente, juizes mais novos, juizes menos metidos no poder sindical, muitos procuradores, muitos advogados. E esses reuniram-se e trabalharam em conjunto e os outros acabaram por aceitar, sem muita adesão, mas acabaram por aceitar. Agora, repito, essa foi uma solução que se tivesse continuidade talvez tivesse contribuído para melhorar. Dou outro exemplo. A Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa mobilizou empresas que deram apoios financeiros para um estudo independente sobre a justiça económica. Foi o estudo mais profundo que alguma vez se fez em Portugal sobre esta matéria. Chegou ao ponto de, pela primeira vez, o Instituto Nacional de Estatística ter feito, de acordo com os seus métodos científicos, um inquérito aos empresários portugueses sobre a sua relação com a Justiça. O estudo foi feito, foi entregue ao poder político – na altura era um governo do PSD e do CDS –, à oposição, ao Presidente da República, às instituições representativas dos trabalhadores e dos empresários porque tinha a ver com a Justiça económica, e depois não se passou nada. Foi metido nas gavetas. Dou-lhe dois exemplos do que esse estudo propunha. Descobriu-se – fez-se um estudo científico muito rigoroso – que o que atrasa mais os processos judiciais é a citação das pessoas. Todos sabíamos que as citações são complicadas, mas não tí-

nhamos estatística e quantitativamente informação suficiente.

Qual seria a solução para evitar esta complicação?

É muito simples. Era o Estado obrigar a que todos tivéssemos um domicílio oficial para onde bastaria mandar uma carta ou um email e a pessoa considerava-se citada. Hoje, para citar uma pessoa, é muito complicado. Este é um pequeno exemplo, mas há outros. Na Irlanda foi criado um tribunal judicial – o Commercial Court – que tem um presidente que decide quais são os processos que aquele tribunal aceita. Tenho de fazer um requerimento para aquele juiz avaliar se aquele processo deve ir para aquele tribunal. A regra é baseada fundamentalmente em três critérios. Se uma das partes for estrangeira – porque é muito importante para a economia irlandesa que os investidores externos sintam segurança no sistema de Justiça; se o valor for elevado; e se por alguma razão o presidente do tribunal entender que se justifica tomar conta daquele caso. Todo o processo tem de ser feito em menos de seis meses. A audiência é rápida, assim como a sentença porque é curta. Embora tenha de ser feita em seis meses, nunca chega ao fim do tempo. Isto não é impossível, é preciso é ter a coragem de mudar as regras.

Quem é que não gosta destas regras?

Em primeiro lugar, um princípio que

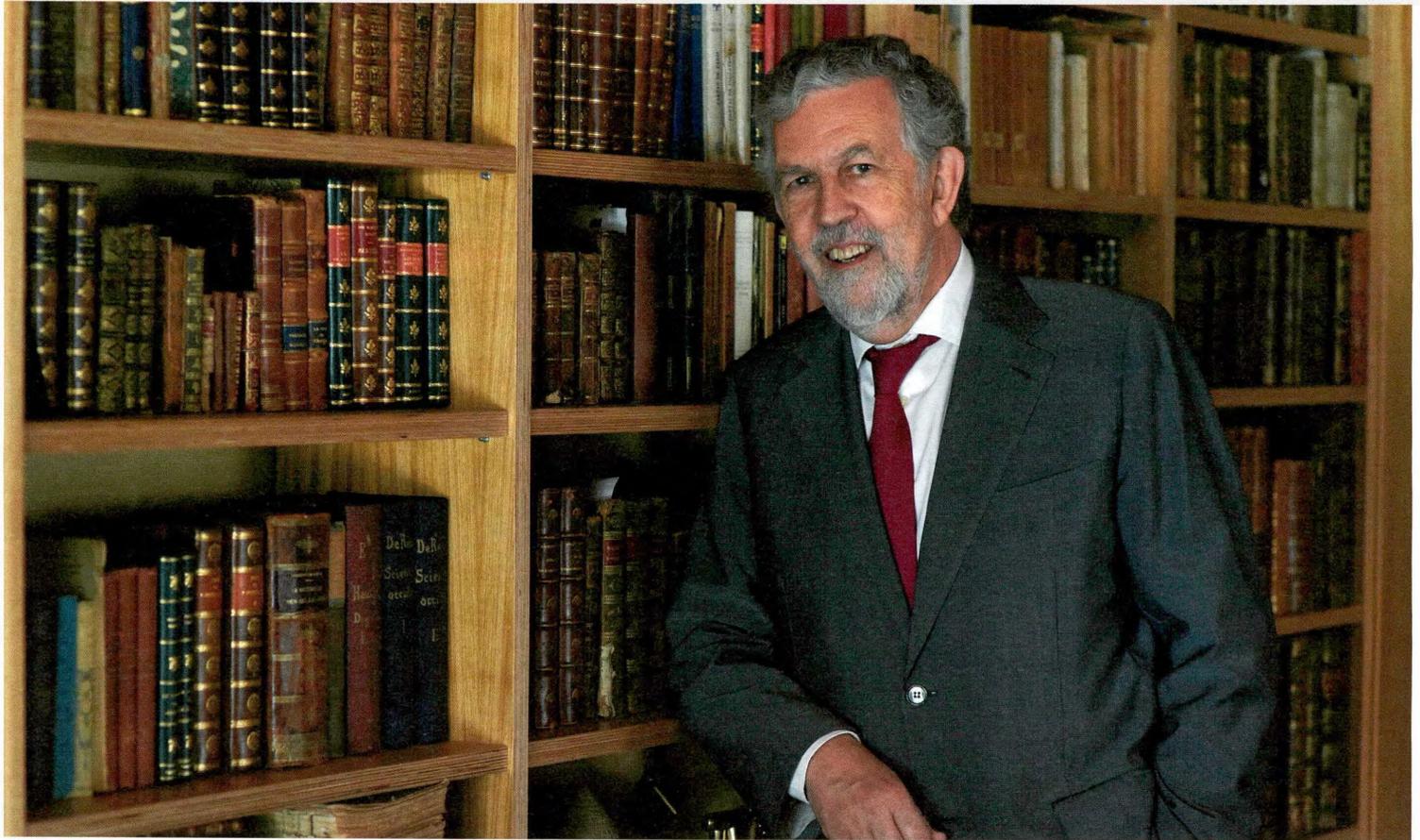
diz: “Era o que faltava que se pudesse escolher um tribunal onde pudessem ir uns e não ir outros”. Isto é, o Estado português aceita como normal que um processo de cobrança de uma sanduíche que não foi paga num café tenha prioridade face a uma acção de um milhão de euros que pode pôr em jogo um grande investimento. O primeiro processo a entrar é o primeiro a ser resolvido. Segundo, os advogados, porque os obriga a trabalhar dentro de um prazo curtíssimo e isso é muito duro. Terceiro, os próprios juizes porque há uma cultura de que uma sentença é um livro, são 100 páginas, 150 páginas. A maior parte das sentenças nos países onde as coisas funcionam têm três páginas. Há mesmo sentenças dadas verbalmente. Há centenas de pequenas e grandes reformas que podem ser feitas, mas que mexem em interesses, em rotinas ou em manias estabelecidas. Para que é que o

«Na Irlanda foi criado um tribunal judicial – o Commercial Court – que tem um presidente que decide quais são os processos que aquele tribunal aceita»





JOSÉ MIGUEL JÚDICE



poder político se vai incomodar a criar problemas com os advogados, com os juizes, com os procuradores, com os funcionários judiciais que serão cerca de 30 mil pessoas, mas para quem estes temas são nucleares? É que para os nove ou dez milhões que iriam beneficiar o tema não surge tão central. Por isso, o político acha que não ganha apoio dos nove milhões e arranja chatices com 30 mil.

Mas por que é que estas pequenas alterações não avançam? Todos ficariam a ganhar...

Porque vão contra a rotina, os hábitos, os mecanismos tradicionais. Na altura em que era bastonário estava a falar com um advogado sul-africano, muito prestigiado, e expliquei-lhe como era ser bastonário e ele disse-me que era juiz e advogado. Na África do Sul, que tem um excelente sistema judicial, os juizes, quando estão com muito trabalho, vão a uma lista de advogados – os mais prestigiados da comarca, com mais experiência – e nomeiam-nos juizes para um caso. Isto permite ter uma espécie de juizes variáveis para resolver quando há trabalho a mais. Perguntar-me-á: isto é impossível de acordo com o nosso sistema? É.

Porque para ser juiz tem de passar pelo CEJ...

Por que é que não se muda o sistema? Tenho 60 e muitos anos, faço arbitragens que são julgamentos internacionais, muito complicados, com muitas testemunhas, documentos muito complicados. Vamos imaginar que eu decidia comprar uma pequena casa na Serra da Estrela e dizia: “Vou-me reformar como advogado e quero ser juiz na Covilhã para me entreter. Tenho 40 anos de experiência”. No entanto, posso candidatar-me a juiz do Supremo Tribunal de Justiça, mas não posso candidatar-me a juiz de 1ª Instância. Devia haver um concurso todos os anos – ou de três em três – para escolher juizes, em que se escolham as pessoas mais habilitadas. Isso implicaria, evidentemente, uma mudança no mecanismo das profissões jurídicas, mas isso ninguém quer. Nem os advogados, nem os juizes, nem os procuradores, portanto, não se faz. Estou a dar isto apenas um exemplo, mas podia dar uma centena de outros. Não estou a dizer que todos fossem possíveis, mas alguns seriam. A única forma de fazer uma verdadeira reforma da Justiça era colocar no Governo, na área da Justiça, pessoas que não fossem juristas. Era preciso pessoas capazes de olhar para a

realidade e dizer: “Por que é que isto não se faz de outra maneira?”

No caso dos crimes económicos, de que falava há pouco, a falta de cruzamento de informação entre as várias instituições, nomeadamente nos megaprocessos, é uma pedra na engrenagem? Seria importante mudar este paradigma?

Não complica muito porque as instituições acabam por colaborar. O problema do crime económico é um bom exemplo. O sr. Madoff foi condenado num ano e posso garantir que todos os advogados portugueses juntos não são nem um 5% tão agressivos se comparados com os advogados americanos. Os advogados de matéria criminal americana são fortíssimos, poderosíssimos, competentíssimos. A selecção é maior, como é natural. Não é por falta de qualidade da advocacia, é porque o sistema é feito para tomar decisões rápidas. Aqui não. A tendência de qualquer advogado criminal – o que é perfeitamente legítimo – é fazer com que o processo se arraste. Se os processos se arrastarem é mais provável que outros se arrastem. Por exemplo, tenho uma dívida. Se todos fomos para tribunal porque não pagamos as nossas dívidas é mais provável que de-

«Muitos não exercem os seus direitos porque sabem que custa dinheiro e não vale a pena»

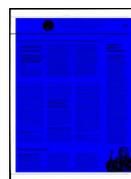
morem mais tempo a cobrar. Se o sistema funcionasse mais depressa, saberia que não valeria a pena não pagar porque em seis meses teria uma sentença a condenar-me.

Isso gera o tal sentimento de impunidade de que as pessoas se queixam...

Claro. As pessoas sabem que não vale a pena pagar ou não vale a pena sequer cobrar. Muitos não exercem os seus direitos porque sabem que custa dinheiro e não vale a pena. Para isso era preciso encontrar soluções.

Pode dar um exemplo?

Uma solução possível era haver um me-



«A única forma de fazer uma verdadeira reforma da Justiça era colocar no Governo, na área da Justiça, pessoas que não fossem juristas»

Contornar as resistências

● **Quem devia mandar na Justiça, para José Miguel Júdice, eram pessoas «com um sentido prático da vida, com uma capacidade de olhar para as coisas e perguntar por que é que é assim.**

Há uns anos, havia uma reforma do Código de Processo Civil e pediram-me para falar com a Comissão – aliás, ninguém me pôs na Comissão porque, como já deve ter percebido, tudo o que

digo só cria mal-estar. Apresentei 33 propostas de reformas que não custavam dinheiro e que mudavam praticamente muito do que é essencial alterar na Justiça. Foi muito curioso. Mais ou menos todos os juizes concordavam com, pelo menos, 12 coisas que eu propunha. Os procuradores concordavam com oito. Os advogados com quatro. Isto é, os advogados são mais conservadores, têm medo dos juizes. Não podemos ter um sistema em que há alguém que pode mandar para a cadeia e não se confiar nele. Se falhar é expulso. Estive no Conselho Superior da Magistratura quatro anos e tentei fazer o seguinte: todos os juizes desembargadores podiam a concorrer, se quisessem, ao Supremo. Não é assim. Era só o terço dos mais

antigos. Como desse terço alguns não querem ir para o Supremo, a promoção era feita basicamente por antiguidade. E eu propus que fossem todos e escolhiam-se os mais adequados. Não consegui isso. Só consegui que fosse 50%. Mas oiço dizer que já voltou ao terço porque é muito mais fácil promover ao Supremo juizes mais antigos do que fazer passar um mais novo à frente de um mais velho. Isso só dá aborrecimentos. A base é o arcaísmo. É uma sociedade que olha para trás e não olha para a frente, que tem medo da mudança, está envelhecida, cansada. Há, de facto, coisas que podem mudar, mas as resistências são tão grandes que ninguém está disposto a pagar o preço de as mudar, só tem chatices e perde votos.

canismo como o seguinte: devo-lhe 100 mil euros e você exige-me o dinheiro. Respondo que não lhe pago os 100 mil euros porque acho que não tem toda a razão. Então proponho-me pagar-lhe 30 mil euros e você não aceita porque acha que tem direito a 100 mil. Mas se, no final, eu for condenado a pagar mais de 30 mil euros, pago as custas incluídas do seu advogado. No entanto, se for abaixo de 30 mil euros, você ganha mas paga as custas incluindo do meu advogado, porque resolveu não fazer um acordo, arriscou. Isto acontece em Inglaterra. Outra reforma que aplicaria algo que também existe em Inglaterra: se eu avançar com um processo contra alguém, a primeira coisa que fazem é bloquear imediatamente a conta bancária do devedor e depois é que se discute. Isto significa que não tem vantagem nenhuma em não pagar porque fica bloqueado. Temos insolvências que duram 10, 20, 30, 40 anos. Tudo isto custa dinheiro.

E se esses custos, com os processos, fossem divulgados?

Era preciso conhecê-los, isto é, devia haver um sistema de auditoria externa que fizesse uma análise aos custos embutidos nos processos de investigação

criminal. Não estou a dizer que levar uma bofetada não justifica que se faça uma queixa-crime. Mas o que não justifica é estar seis anos à espera de uma decisão por causa de uma bofetada. Provavelmente as pessoas até já fizeram as pazes, mas o processo continua com a sua inércia. O sistema podia mudar.

O próprio poder político devia ter interesse nisso, porque a lentidão da justiça tem também um impacto forte no Investimento Directo Estrangeiro, por exemplo...

Claro que devia, mas mexer nisto é mexer no vespeiro. A Justiça está mais ou menos sossegada. Andam entretidos a fazer processos de crime económico, nós a acharmos que é muito bom, mas nada mexe. Uma coisa que não está feita é a estatística da condenação do crime económico em função do tempo que se gastou e do que foi pedido.

A alteração constante dos códigos também tem implicações negativas?

É outra falácia conservadora, de rotinas. Há códigos que nem deviam existir. Há países muito mais importantes do que Portugal que vivem sem códigos. Em 1966 publicou-se o Código Civil que demorou 10 ou 15 anos a ser feito. E a ideia

é esta: está feito, durante os próximos 200 anos não se mexe porque senão está sempre a mudar. Mas a sociedade muda, tudo muda! Compare 1966 com 2016. Tínhamos uma sociedade autoritária e passámos a ter uma sociedade democrática. Hoje temos famílias monoparentais. Havia muito pouca gente a estudar. Não havia sequer máquinas de escrever eléctricas, telefones sem fios, email, Internet... Como é possível imaginar que um código feito para 1966 sirva para 2016? Agora, qual é o problema das sociedades tradicionais? É querer regulamentar tudo. O nosso Código de Processo Civil tem mais de 1000 artigos, mas tem sobretudo centenas de páginas. Os suíços fizeram um Código de Processo Civil, Lei da Arbitragem, Código de Execução de Penas, Código de Mediação, tudo em 90 páginas. Se um código for pequenino e só tiver as ideias gerais, é eterno. Portanto, o problema não é a mudança dos códigos, o problema é por que é que mudam. No fundo, continuamos a viver no séc. XXI com códigos do séc. XIX.

Vê forma de isto mudar, talvez com os mais novos?

Não, porque os mais novos vão embora ou resignam-se. E o sistema perpetua-se. ●

Sistema sem análise de custo-benefício

● **Uma das irracionalidades que José Miguel Júdice aponta no sistema português** – e que está mais relacionada com a área criminal – é que toda e qualquer participação que chegue à Polícia Judiciária, ao Ministério Público, à Polícia de Segurança Pública, tem de ser investigada. Ou seja, «no sistema português não há o chamado “Princípio da Oportunidade”, há o “Princípio da Legalidade”. Se alguém se queixa tem um direito e os polícias de investigação têm um dever: investigar. Investiga-se tudo. Vamos imaginar o Processo Marquês onde está envolvido o eng. Sócrates. O processo que começou há cerca de cinco, seis anos, com toda a probabilidade, não vai estar terminado antes de mais cinco ou seis anos. Portanto, 12 a 15 anos para que este processo seja decidido. E não é só isso. Esse processo custa uma fortuna. Ninguém faz uma análise de custo-benefício, nem analisa quanto já se gastou naquela investigação em meios humanos, em fotocópias, em sistemas de carácter informático que tiveram de ser melhorados, deslocações ao estrangeiro... E não se faz uma análise custo-benefício também em função do tempo. Como é que funcionam alguns países onde o sistema judicial é eficaz? É muito simples. Num caso como este, o Ministério Público tinha o direito de chamar os advogados dos arguidos e dizer: “Tenho aqui esta matéria toda que me chega para fazer um processo e para vos acusar destes crimes todos. Proponho-vos uma solução. Confessam alguns destes crimes, confessam alguns fundamentos destes crimes – para o crime encaixar melhor num sítio ou noutra – e faz-se o que se chama de “plea bargain” e os arguidos são condenados por algo que é claramente uma condenação. Tem a vantagem de que se faz em seis meses, num ano, e, sobretudo, o que continua para durar mais tempo anda mais depressa, porque há menos assuntos em cima da mesa.»

Exemplos que vêm de fora

● **«Em 2001 estive no Maryland, um Estado dos EUA que tem cerca de 5 milhões de habitantes, metade de Portugal.** E o Maryland tem um sexto dos juizes portugueses. Não sei se os juizes lá trabalham mais ou menos do que os portugueses – os portugueses trabalham de um modo geral muito. Mas não há nenhum processo atrasado, porque é um sistema que está preparado

para funcionar. Em Portugal, sempre que há um julgamento criminal em que o arguido tem de estar presente, ele nunca chega às 9h da manhã porque para entrar em Lisboa apanha trânsito. Chega às 10h, 10.30h. Até porque os funcionários que os vão buscar têm um horário de trabalho. O tribunal de Maryland tem uma solução muito simples. Todos os arguidos que iam

ser julgados e que tinham de estar no julgamento vinham de véspera e dormiam numa pequena prisão que havia no tribunal. O juiz tem ajudantes, juristas que o ajudam no seu trabalho. Em Portugal não há. Podia estar aqui a falar durante horas de pequenas coisas que não custam dinheiro, só custam organização e que não são feitas. Mas estão todas ditas.»



Herman José confessa-se: «Na minha Bíblia nunca se dá a outra face»



P. 84

15.11 > 15.12 | N.º 7 / 3,50 euros (cont.) | Periodicidade Mensal
2018 | Director Paulo Carmena | Siga-nos em www.dia15.pt

DIA 15

TEMPO PARA PENSAR

SEM OLEODUTO PARA O AEROPORTO
180 BOMBAS DIÁRIAS A CIRCULAR NA A1

P. 10



BUROCRATILÂNDIA

LEI UBER OBRIGA A PAGAR AO ESTADO PARA GUIAR

P. 64

ESPECIAL

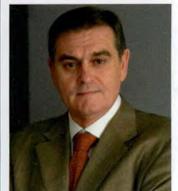
O estado da Justiça em Portugal



A POLÉMICA, AS PROPOSTAS, O FUTURO

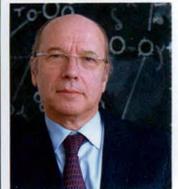
Sim ou não à delação premiada? Há falta de recursos? As molduras penais devem ser revistas? Alguns especialistas do sector respondem a estas e muitas outras questões.

P.12



JOÃO LUÍS MOTA DE CAMPOS

«A nossa investigação é anedótica e muito primária»



JOSÉ CARLOS SOARES MACHADO

«Legisladores incompetentes são os responsáveis pela má fama do funcionamento dos tribunais»



ÁLVARO LABORINHO LÚCIO

«Temos uma justiça para ricos e para pobres»



CARLA OLIVEIRA

«Os tribunais são o parente pobre e afastado da soberania»



JOSÉ MIGUEL JUDICE

«Mexer na Justiça é mexer no vespeiro»



DANIEL PROENÇA DE CARVALHO

«É preocupante a falta de confiança das pessoas na Justiça»



PAULO MORGADO

«A corrupção tem de ser combatida pela indignação»



JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA

«Há demasiadas leis, demasiado complexas e demasiado feitas»



CULTURA Filipe Raposo pianista

«A INQUIETUDE É NECESSÁRIA PARA DAR PASSOS EM FRENTE» P. 70

MEMÓRIA DE ELEFANTE

MINISTÉRIOS MUDARAM 101 VEZES DE NOME DESDE 1976 P. 56